

ENSINO DE HISTÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A FORMAÇÃO PARA CIDADANIA

Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo¹

Flávia Thais Morais Silva²

1. Introdução

A presente escrita volta-se para reflexão sobre a educação patrimonial e a formação para cidadania a partir de um olhar sobre o livro didático intitulado *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* do novo ensino médio, aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para os anos de 2022 a 2024 com o intuito de perceber assuntos voltados a educação patrimonial e sua relação com a formação para cidadania.

Neste viés, o livro didático entendido como objeto cultural (GASPARELLO, 2013) estabelece uma ligação entre o ensino, os docentes e os discentes, além de muitas vezes se constituir como único livro que o aluno possui aproximação e que chega a entrar em sua residência. Destacamos, a importância desse material no processo de desenvolvimento de atividades em sala de aula, não servindo como roteiro, mas como suporte que pode tornar mais significativas as aulas de História com o alcance dos objetivos desta disciplina na formação dos estudantes.

Destacamos ainda, que foi partir dos momentos de debates e diálogos realizados durante as aulas das disciplinas ofertadas pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) que me surge interesse em pensar sobre essa temática, já que foi recorrente nas falas dos professores mestrando o fato de que os estudantes da educação básica constantemente realizam o questionamento do porquê devemos estudar História na escola. Assim, lançamos um olhar para o livro didático a fim de esboçar reflexões acerca da relevância do Ensino de História a partir da presença de conteúdos que fomentem discussões voltadas a Educação Patrimonial e sua relação com o conceito de cidadania.

2. Metodologia

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História. Mestranda em Ensino de História – ProfHistória/URCA. Crato-CE. E-mail: flaviagabrielapp@hotmail.com

² Graduada em Licenciatura Plena em História. Mestranda em Ensino de História – ProfHistória/URCA. Milagres-CE. E-mail: moraisflaviathais@gmail.com

Como historiadores, elegemos fontes históricas para o estudo de algum fenômeno histórico, assim o livro didático também pode se constituir como peça fundamental para pesquisa de diversas temáticas que atravessam o ensino de história. Evidentemente, muito já se foi produzido em termos de análise de livros didáticos, mas ainda há diversas possibilidades para o estudo do mesmo. Segundo GASPARELLO (2013, p.19):

Considerado como currículo visível e um dos dispositivos específicos do processo de escolarização, o livro didático surge hoje como um dos objetos mais analisados em investigações sobre os saberes escolares e as práticas pedagógicas, bem como em abordagem sobre a constituição histórica das disciplinas escolares.

No entanto, o novo modelo de organização conteudista dos livros aprovados pelo PNLD (2021) para o ensino médio distribuídos em escolas públicas do Brasil, possibilita ao pesquisador uma multiplicidade de ideias para seu estudo. Afinal, sua lógica interdisciplinar abre espaço para análise dessa nova proposta de ensino voltada para abordagem dos assuntos dentro de áreas do saber e não mais como disciplinas específicas.

Assim, considerando que o livro didático em questão a ser pensado como fonte aborda temas que não se limitam apenas a disciplina de História é preciso ter um olhar atento que leve em consideração a complexidade que envolve sua análise. Dessa maneira, partiremos de uma análise de conteúdo de forma a perceber como podemos identificar assuntos voltados a educação patrimonial no já referido material destinado aos estudantes do ensino médio. Desse modo, segundo Caimi e Mistura (2021, p.157):

Para a AC, por tanto, a linguagem é vista como expressão de sentido e instrumento de comunicação humana. O texto fornece indícios de significado para além da superfície, que podem ser perseguidos em descrição, inferência e interpretação pelo analista, a fim de conhecer significados “ocultos” na articulação entre a esfera semântica do texto e as camadas mais profundas dele, seus significados (intencionalidades, contextos, atitudes).

Voltamos nosso olhar para o primeiro módulo dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Moderna Plus para o 1º ano do ensino médio, já que neste novo modelo os livros são divididos em quatro a fim de serem utilizados por bimestres.

3. Resultados e Discussão:

Ao longo do processo de investigação e análise do material já mencionado, percebemos que a abordagem do conteúdo de história ainda se faz por meio de uma organização linear, tendo como ponto de partida o surgimento da espécie humana já em seu primeiro capítulo.

Evidenciamos a presença de conteúdos voltados ao patrimônio cultural no primeiro capítulo por meio de imagens e referências a proteção destes por meio de sua institucionalização como é no caso do Parque Nacional Serra da Capivara declarado patrimônio mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Aqui cabe destacar a relevância que possui os institutos e organizações para proteção e preservação dos bens patrimoniais. No entanto, devemos pensar o patrimônio para além do processo de institucionalização que por muito tempo deu privilégio aos bens da elite europeia. Assim, o patrimônio cultural deve ser entendido como algo fruto de reivindicação por sujeitos que se sentem representados por ele, instigando práticas conscientes de cidadania ao reivindicar sua proteção “[...] daí que a construção da cidadania seja um processo que diz respeito à relação das pessoas e grupos com o Estado e, mais atualmente, com o sentimento de pertença a nação.” (BOTELHO e SCHWARCZ, 2012, p. 15).

Embora tenhamos identificado no livro didático a presença de assuntos que podem ser destinados à educação patrimonial, não há nenhum direcionamento específico neste capítulo para a discussão deste conceito bem como do conceito de cidadania. Algo que dificulta a percepção dos estudantes a esta questão, que se não for aprofundada pelo professor pode não ser contemplada no processo de formação dos estudantes neste nível de escolaridade. Destacamos o pensamento de Santos (2013, p. 62) que compreende que a função da educação patrimonial “[...] é direcionada à formação dos cidadãos cientes dos seus direitos culturais e, por conseguinte, conscientes da importância da salvaguarda e valorização dos seus bens culturais”.

Identificamos no material a possibilidade de discussões a serem aprofundadas com relação ao desenvolvimento de uma postura crítica e consciente voltada à educação patrimonial, já que diante da exposição de parques, sítios arqueológicos, bem como peças de cerâmicas próprias de uma cultura e outros objetos preservados, os docentes podem iniciar debates em torno da proteção e preservação destes bens, direcionando também a aspectos da própria realidade dos estudantes, que devem perceber que o patrimônio cultural também está presente em seu cotidiano.

Embora seja perceptível que a aprendizagem da História carrega consigo marcas de um modelo de abordagem tradicional por meio da memorização do conteúdo, algo que tem início ainda no período colonial, é possível refletir sobre a função social da História e como esta tem

sido alvo de ataques e da imposição do silenciamento ao longo dos tempos. Afinal, é evidente que hoje a disciplina não carrega mais apenas a responsabilidade de ajudar a construir uma identidade nacional, pois compreende um amplo campo do conhecimento que abarca problematizações diversas sobre o fazer humano ao longo do tempo.

Para pensar sobre a relevância que possui esta temática é necessário ter em mente a utilidade da aprendizagem da História na promoção da “[...] capacidade que ela terá de preparar os alunos para a sociedade em que vivem.” (ALVES, 2016. p. 12). Afinal, a garantia do exercício da cidadania se encontra no fato de o estudo da História estar ligado ao conhecimento do passado (ALVES, 2016) e a educação patrimonial pode possibilitar aos estudantes a problematizarem sua realidade fazendo uso desse passado.

Embora a História possua um caráter político, que tende a ser pensado como ato de perversão e que exista um jogo de disputas entorno do que deve ou não ser considerado como patrimônio “A relação entre História escolar e cidadania nos remete evidentemente às finalidades políticas da disciplina.” (BITTENCOURT, 2021, p.20).

4. Considerações finais

Nesse viés, pensar atividades voltadas para a discussão do que se constitui como Patrimônio Histórico Cultural, pode possibilitar aos estudantes a aproximação de conceitos da História como Memória, Identidade, Sujeito Histórico e neste caso em específico o de Cidadania (OLIVEIRA, 2008). O verdadeiro entendimento do que se constitui como Educação Patrimonial pode permitir que estes sejam operados de forma prática pelos estudantes durante as aulas.

Pensar o Patrimônio Cultural dentro de práticas pedagógicas é relevante na medida em que permite o desenvolvimento de uma consciência sobre cidadania, já que os estudantes passam a compreender o a construção do sentimento de identidade e pertença como algo que promove o direcionamento a preservação dos bens culturais de um grupo de pessoas que se sentem representados coletivamente por eles.

Os chamados patrimônios históricos e artísticos, tem nas modernas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo “Patrimônio”. (OLIVEIRA, 2008, P.114)

A Educação Patrimonial possui relevância na medida em que possibilita os indivíduos a problematizar e pensar o Patrimônio em suas próprias localidades. Havendo a possibilidade de despertar o sentimento de identificação destes enquanto cidadãos com os bens de seu município, onde podem desenvolver práticas de proteção e preservação dos mesmos. Embora, seja importante a compreensão de que isso por si só não é suficiente, já que a intervenção de políticas públicas e investimentos são necessários para a preservação e proteção dos bens.

A preservação do Patrimônio aqui deve ser pensada como um ato social, a comunidade tem que se sentir representada pelo patrimônio, dessa forma devemos pensar em maneiras para difundir a Educação Patrimonial, e nos preparar para produzir materiais sobre tal assunto e pensar como esses podem ser utilizados em sala de aula, um desafio da profissão docente que deve ser pensado nos cursos de licenciatura em História.

Palavras-Chave: Ensino de História; Educação Patrimonial; Cidadania.

Referências

ALVES, Luis Alberto. Epistemologia e ensino da história. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 9-30, 2016. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 12. Ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021. – (Repensando o Ensino)

BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CAIMI, Flávia Eloísa; MISTURA, Letícia. **Análise de conteúdo e Análise de discurso na pesquisa em ensino de História**. IN: PEREIRA, ANDRADE; op. Cit. p. 153-167. 2021.

GASPARELLO, Arlene Medeiros. Livro didático e história do ensino de História: caminhos da pesquisa. IN: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves, PINTO JÚNIOR, Arnaldo. **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História**. São Paulo: Paco Editorial; Centro de Memória, Unicamp, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SANTOS, Cicero Joaquim dos. Necessidades de História: Os usos da memória na construção da cidadania cultural. **Políticas Culturais em Revista**, 1 (6), p. 54 – 70, 2013 – www.politicasculturaisemrevista.ufba.br